

## Notícias: março a janeiro de 2009

### **Cooperação Técnica entre MMA, Serviço Florestal e BNDES**

Durante a cerimônia de assinatura do convênio de doação dos recursos noruegueses, o Serviço Florestal Brasileiro, o MMA e o BNDES celebrarão acordo de cooperação técnica para a implantação do Fundo Amazônia.

O acordo vai formalizar a cooperação já em curso entre as instituições para a operação do fundo.

Ao Ministério do Meio Ambiente caberá, entre outras atribuições, contribuir para a definição de indicadores para aferir os resultados do Fundo Amazônia.

O Serviço Florestal, colaborará com o BNDES na captação de novos recursos para o Fundo, na organização das reuniões dos comitês Orientador e Técnico do Fundo Amazonia, além de material de divulgação do Fundo.

O BNDES, gestor do Fundo Amazônia, atuara em conjunto com o Ministério e o Serviço Florestal visando à melhor aplicação dos recursos do Fundo Amazônia, buscando que os projetos apoiados contribuam significativamente para a redução do desmatamento.

Aos três órgãos caberá compartilhadamente promover reuniões periódicas de gestão e avaliação das atividades do Fundo e prover o apoio técnico para seu funcionamento.

O Fundo Amazônia terá uma página eletrônica própria, construída pelo BNDES com apoio do Serviço Florestal.

Segundo Tasso Azevedo, diretor-geral do Serviço Florestal Brasileiro, "a parceria vai garantir o fluxo de informações técnicas entre as instituições para assegurar a melhor operacionalização do Fundo, conforme foi estabelecida pelo Comitê Orientador do Fundo Amazônia".

*Publicado: quarta-feira, 25 de março de 2009, 13h37.*

## **Serviço Florestal testa metodologia de inventário para o Cerrado**

O Cerrado ocupa 21% do território nacional e é o segundo maior bioma brasileiro, sendo superado em área apenas pela Amazônia.

O Cerrado é um dos 'hotspots' para a conservação da biodiversidade mundial, possui a mais rica flora dentre as savanas do mundo (cerca de sete mil espécies), muitas delas só encontradas nesse bioma.

No entanto, nos últimos 35 anos, mais da metade dos seus dois milhões de km<sup>2</sup> originais foram consumidos por carvoarias, pastagens plantadas ou culturas anuais. Apenas 2,2% da área do Cerrado se encontra legalmente protegida e diversas espécies animais e vegetais estão ameaçadas de extinção.

Diante desse quadro, várias são as ações do Ministério do Meio Ambiente para a conservação do bioma. Entre elas, o uso sustentável é ao mesmo tempo uma forma para que o Cerrado seja perpetuado e possa gerar renda, principalmente, para as populações que dele fazem uso tradicional.

Assim, o Serviço Florestal Brasileiro incluiu o Cerrado como foco de suas ações. Para começar a região onde ele predomina será incluída no Inventário Nacional de Floresta (INF), para que as políticas públicas disponham de informações técnicas para serem formuladas.

Entre os dados que serão coletados haverá informações sobre biodiversidade, biomassa disponível, produtos florestais madeireiros e não-madeireiros e sobre como a sociedade se relaciona com ele.

Entre os dias 16 e 26 de março, a equipe do IFN estará em Paracatu, Minas Gerais, onde vai treinar cerca de 15 pessoas que irão compor três equipes de campo. Duas equipes serão responsáveis por levantar informações em dez pontos amostrais da vegetação e entrevistar moradores locais sobre a sua relação de apropriação e percepção do bioma. Uma terceira equipe será responsável pelo controle de qualidade dos trabalhos desenvolvidos durante a campanha de campo.

Depois da visita de campo, a metodologia e os dados levantados no Cerrado serão avaliados para checar sua efetividade. Se forem aprovados, a coleta de dados definitiva deve começar no próximo ano.

Estão participando do teste de campo no Bioma Cerrado a equipe do Serviço Florestal Brasileiro, Embrapa Floresta, Universidade de Brasília e Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO).

Não só dados do Cerrado farão parte do INF. Outros biomas brasileiros também serão inventariados. Áreas da Amazônia e Caatinga já foram visitadas pela equipe do Serviço Florestal para teste da metodologia.

Inventário Nacional de Floresta (INF) - O principal objetivo do INF é coletar dados sobre as florestas brasileiras em escala nacional. Esses dados serão atualizados a cada cinco anos. O INF vai garantir informações sistematizadas sobre a biodiversidade, a biomassa de que dispõe o país, os produtos florestais e sobre como a sociedade interage com a floresta. Essas informações vão auxiliar na construção das políticas públicas.

Outro aspecto importante do inventário é a possibilidade de oferecer um retrato da situação das Áreas de Preservação Permanente, que facilitará a identificação das regiões que necessitam de recuperação, o planejamento de custos e de prioridades.

Equipes multidisciplinares desenvolverão levantamentos de campo, garantindo ao inventário dados quantitativos e qualitativos. Imagens de satélite de alta resolução serão amplamente usadas. Tudo para acompanhar com precisão a evolução da paisagem florestal do país.

*Publicado: segunda-feira, 16 de março de 2009, 13h42.*

### **Oficina vai capacitar cooperados da Flona Tapajós**

O Serviço Florestal Brasileiro promove entre os dias 17 e 18 de fevereiro na Flona Tapajós, região Oeste do Pará, uma oficina de aperfeiçoamento na área de cooperativismo, enfatizando princípios e práticas no Manejo Florestal Comunitário.

Membros da cooperativa COOMFLONA, que praticam o manejo florestal sustentável de produtos madeireiro e não-madeireiro dentro da Flona, vão receber instruções sobre princípios e funcionamento de cooperativas, "por meio de uma metodologia crítica e de promoção do ativismo nas atividades produtivas, comerciais e sociais".

Essa é a segunda etapa da assessoria, a primeira aconteceu em dezembro quando técnicos do Serviço Florestal se reuniram com membros da cooperativa e promoveram uma oficina que visava a uma reflexão das práticas adotadas pela organização.

Um diagnóstico foi preparado. Entre outras coisas, apontou a necessidade de aperfeiçoamento na área fiscal, de remuneração de mão-de-obra e planejamento.

Além da oficina, o Serviço Florestal oferece, com parte da assessoria técnica, auxílio para a gestão da cooperativa. Serão fornecidos instrumentos para a melhoria contábil, realização de assembléia deliberativa e avaliação. Outro apoio do Serviço Florestal para a COOMFLONA será o auxílio técnico para o planejamento 2009.

Florestas Comunitárias -- Essa atividade faz parte da meta do Serviço Florestal Brasileiro para 2011, que estipulou, entre outros objetivos, implantar (ou estar em fase de implantação) dois milhões de hectares de projetos comunitários com plano de manejo florestal sustentável.

Ambé - A Coomflona foi fundada a partir do projeto Ambé, iniciativa do ProManejo/Ibama, atendendo a uma reivindicação dos moradores da Floresta Nacional do Tapajós para que o manejo florestal beneficiasse as comunidades locais.

A Flona do Tapajós tem 31 comunidades tradicionais em seu interior e cerca de sete mil pessoas que vivem na sua zona de abrangência da unidade.

Atualmente, A Coomflona é direcionada para a confecção de manufaturados a partir do látex e na área de marchetaria. Visite a página eletrônica da entidade: [www.coomflona.com.br](http://www.coomflona.com.br).

*Publicado: segunda-feira, 16 de fevereiro de 2009, 13h46.*

### **Segunda área de concessão florestal deverá render cerca de R\$ 7,3 milhões/ano**

*Recursos serão compartilhados com Pará e municípios com área na unidade; direitos das comunidades locais serão salvaguardados*

O ministro de Estado do Meio Ambiente, Carlos Minc, lançou nesta quarta-feira, 3, o edital de licitação para concessão florestal da Floresta Nacional de Saracá-Taquera, no Pará. "Tem gente que diz que o meio ambiente só pede dinheiro. Estamos mostrando que as florestas podem gerar renda, recursos, empregos e madeira legal, afirmou."

O edital prevê que dos 429 mil hectares da Floresta, 140 mil hectares (cerca de 25%) sejam destinados à exploração de forma sustentável por até 40 anos. A área abrangida pela concessão - que exclui territórios pleiteados por comunidades quilombolas ou em uso por ribeirinhos - compreende três unidades de manejo florestal, de 91,6 mil hectares, 30 mil hectares e 18,7 mil hectares.

Essa divisão em unidades de grande, médio e pequeno porte tem o objetivo de permitir que produtores de diferentes escalas, ou seja, desde empresas a comunidades locais reunidas em associações ou cooperativas, participem do processo.

A concessão está amparada na Lei de Gestão de Florestas Públicas (Nº 11.824/06), que impede o desmatamento, a grilagem de terras públicas e promove o uso sustentável dos recursos florestais. A norma, que também criou o Serviço Florestal,

integra uma agenda governamental de sustentabilidade, que inclui o Plano de Prevenção e Controle do Desmatamento da Amazônia, do qual fazem parte 13 ministérios.

Para o diretor-geral do Serviço Florestal Brasileiro, Antônio Carlos Hummel, as concessões representam um novo momento para o país. "Estamos sinalizando para a sociedade que a época da indústria madeireira com base na ilegalidade, na fraude e na corrupção está acabando."

Uma das inovações mais importantes da Lei de Gestão de Florestas Públicas é a valorização do manejo florestal sustentável, modelo de desenvolvimento por meio do qual a própria floresta gera recursos para investimentos na própria conservação. Trata-se de uma atividade oposta ao desmatamento.

No desmatamento, a floresta é totalmente retirada para que a terra tenha outra finalidade. Já no manejo florestal sustentável, só é retirada da floresta uma quantidade de produtos que não prejudique sua recuperação (em geral, cinco a seis árvores, das mais de 500 presentes em um hectare, a cada 30 anos).

## **Área**

Os lotes de concessão foram definidos após reuniões, que tiveram início em 2007, com a população local, entre ribeirinhos e quilombolas. Quase 900 famílias de comunidades tradicionais vivem ao norte das unidades de manejo florestal e têm, entre suas atividades, econômicas a extração de castanha-do-pará. As empresas que vencerem a licitação não poderão explorar esse produto.

Em dezembro de 2008, as áreas para manejo florestal foram definidas após o Serviço Florestal promover três dias de oficinas com 290 quilombolas de 13 comunidades. Nesse trabalho, levou-se em consideração mapas apresentados pelos moradores e ficou acertado que não haveria sobreposição desses territórios com as unidades de manejo.

Como resultado das reuniões, o Serviço Florestal se comprometeu a apoiar as comunidades quilombolas em suas atividades de uso sustentável da floresta.

O Serviço Florestal também discute uma proposta de promover assistência técnica e um plano de trabalho para apoiar iniciativas de comercialização de castanha-do-pará e óleos vegetais.

1. Mapa da Floresta Nacional de Saracá-Taquera com as três unidades de manejo florestal a serem licitadas

## **Objeto**

O edital autoriza, além da retirada de madeira em tora, outras três ações: exploração de resíduos, extração de produtos florestais não madeireiros - por

exemplo, óleos e borracha -, e serviços de turismo que envolvam hospedagem, esportes de aventura e observação da natureza.

Para não comprometer a subsistência das comunidades locais, as empresas vencedoras estarão proibidas de coletar açaí e castanha-do-pará. Como o foco da política de concessão é estimular o uso sustentável da floresta, terão mais chances de vencer a licitação os participantes cuja proposta reunir os melhores critérios socioambientais e de desenvolvimento econômico local, que respondem por 60% do peso na avaliação. O critério preço corresponderá pelos outros 40%.

Os critérios socioambientais e econômicos abrangem três grupos e incluem indicadores ambientais. Pontua melhor quem provar que mais reduzir danos à floresta, durante as operações de manejo e melhor monitorar o crescimento da floresta.

Já os indicadores sociais analisam quanto serão os investimentos em infraestrutura e serviços para a comunidade local, bem como a geração de empregos. Os indicadores econômicos focam na diversidade de produtos e espécies manejadas, além da diversidade de serviços oferecidos na unidade.

### **Retorno**

A exploração da área deve render até R\$ 7,3 milhões por ano para os governos federal, estadual, além dos três municípios, com áreas na Flona (ver mapa). Os recursos deveram ser aplicados, obrigatoriamente, em ações de conservação das áreas verdes e desenvolvimento do setor florestal sustentável.

Desse montante, até R\$ 2,1 milhões serão destinados ao Serviço Florestal; outros R\$ 2 milhões para o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade; R\$ 1 milhão para o estado do Pará e R\$ 341 mil para os municípios de Oriximiná, Faro e Terra Santa, com áreas dentro da Floresta Nacional de Saracá-Taquera.

### **Rondônia**

O edital para Saracá-Taquera dá prosseguimento à política de governo de permitir o uso de produtos madeireiros e não madeireiros por vias sustentáveis e de forma a permitir um maior controle sobre a atividade. A primeira concessão ocorreu em 2007, na Floresta do Jamari, em Rondônia.

Na ocasião, foram licitados 90 mil hectares da Flona, que tem 220 mil hectares. Os três vencedores - o consórcio liderado pela empresa Alex Madeiras, além das empresas Sakura e Amata - iniciarão suas atividades ainda esse ano.

### **Saiba mais**

A Floresta Nacional de Saracá-Taquera fica ao noroeste do Pará, perto da divisa com o estado do Amazonas, à margem direita do Rio Trombetas. Foi criada pelo Decreto

nº 98.704, em 1989, como unidade de uso sustentável, onde é permitida a exploração florestal de baixo impacto, de acordo com o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (Snuc), Lei 9.985, aprovada em 2000.

Não à privatização de florestas - O processo de concessão florestal não se trata, de modo algum, de privatização de área pública. Os concessionários têm o direito de fazer uso sustentáveis dos recursos florestais das áreas especificadas nas unidades de conservação de uso sustentável. Para isso terão de passar por um processo licitatório, cujo vencedor deverá pagar pelo uso dos recursos.

A administração da área seguirá sob gestão do Instituto Chico Mendes de Conservação e Biodiversidade (ICMBio), os planos de manejo terão de ser aprovados pelo IBAMA e as operações do contrato serão fiscalizados pelo Serviço Florestal. Todo esse processo será auditado por uma instituição independente.

*Publicado: terça-feira, 03 de fevereiro de 2009, 13h53.*

### **Serviço Florestal testa metodologia de inventário para a Caatinga**

A Caatinga é um importante fornecedor de recursos florestais ao Brasil. Dados levantados pelo Serviço Florestal Brasileiro mostram que cerca de 35% da energia usada pela indústria nordestina vêm da biomassa da região. Infelizmente, muitas vezes esses recursos são utilizados de forma insustentável. Em 2008, indústrias de cerâmica, gesso e até o polo siderúrgico de Minas Gerais receberam multas que somam R\$ 360 milhões, por uso ilegal de carvão oriundos da Caatinga. (veja matéria).

Além do uso industrial insustentável, a madeira da Caatinga também tem um forte apelo social. A população rural nordestina lança mão desse recurso para uso doméstico, principalmente para aquecer fogões a lenha e construção de cercas, casas e objetos.

Diante desse quadro, o Serviço Florestal Brasileiro incluiu o bioma como foco de suas ações. Para começar a região será incluída no Inventário Nacional de Floresta (INF).

Instrumento que tem o objetivo de coletar e disponibilizar informações sobre as florestas brasileiras, no que tange à biodiversidade, à biomassa disponível, produtos florestais não-madeireiros e sobre como a sociedade interage com a floresta.

O problema é que a metodologia do INF foi elaborada, inicialmente, para medir áreas florestais mais densas, como a Mata Atlântica ou a Amazônia. Para a

Caatinga foi estabelecida uma metodologia própria, baseada em mais de 15 anos de pesquisa sobre manejo florestal na Caatinga.

Segundo Tasso Azevedo, diretor-geral do Serviço Florestal Brasileiro, "a Caatinga é um bioma que tem uma diversidade insuspeitada, embora muito pouco estudada", afirma. "Das espécies vegetais, já conhecemos cerca de 900, sendo que 318 são endêmicas", completa.

No entanto, segundo Azevedo, pelo fato de a Caatinga ter sido sempre considerada um bioma pobre, houve poucos estudos e iniciativas de regulação de seu uso.

"O Inventário vai fazer uma radiografia do bioma e trazer informações para que possamos adotar medidas estratégicas visando à conservação e regulação de seu uso", garante Azevedo.

No momento, a equipe do IFN está em Caicó, no Rio Grande do Norte, onde vão medir 16 pontos amostrais da vegetação. Eles irão também entrevistar moradores locais sobre a sua relação de uso e percepção do bioma.

Depois da visita de campo, a metodologia e os dados levantados serão avaliados para checar sua efetividade. Se forem aprovados, a coleta de dados definitiva deve começar no próximo ano.

Participam do teste de campo a equipe do Serviço Florestal, Embrapa Floresta, Associação Plantas do Nordeste (APNE), Universidade Federal de Campina Grande, Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO) e Unidade de Apoio de Programa Nordeste (UAP/NE).

O trabalho de campo segue até o dia 16 de fevereiro. Em março, o Serviço Florestal deverá promover o mesmo teste no Cerrado.

Inventário Nacional de Floresta (INF) - O principal objetivo do INF é coletar dados sobre as florestas brasileiras em escala nacional. Esses dados serão atualizados a cada cinco anos. Ele vai garantir informações estruturadas sobre a biodiversidade, a biomassa de que dispõe o país, os produtos florestais e sobre como a sociedade interage com a floresta. Essas informações vão auxiliar na construção das políticas públicas.

Outro aspecto importante do inventário é a possibilidade de oferecer um retrato da situação das Áreas de Preservação Permanente, que facilitará a identificação das regiões que necessitam de recuperação, o planejamento de custos e de prioridades.

Equipes multidisciplinares desenvolverão levantamentos de campo, garantindo ao inventário dados quantitativos e qualitativos. Imagens de satélite de alta resolução



serão amplamente usadas. Tudo para acompanhar com precisão a evolução da paisagem florestal do país.

Ilustração do Inventário Florestal (Power Point)

*Publicado: terça-feira, 03 de fevereiro de 2009, 13h50.*

### **Preço de produtos florestais terá índice próprio**

A variação dos preços finais de madeiras, óleos, fibras e frutas extraídos das florestas licitadas ao setor privado terão índice de correção próprio. O IPPF - Índice de Preços de Produtos Florestais está sendo desenvolvido pelo Serviço Florestal Brasileiro e servirá de base também para orientar a definição do preço mínimo e mecanismos de reajuste sobre preços de produtos e serviços florestais em editais de licitação para concessões florestais.

O primeiro IPPF será específico para toras de madeiras tropicais na Amazônia, o IPPF-Tora. Para obter o índice, o Serviço Florestal contratou através de uma licitação o IMAZON - Instituto do Homem e do Meio Ambiente da Amazônia que estabelecerá um sistema de acompanhamento de preços médios pagos por serrarias, faqueadoras e laminadoras para adquirir um metro cúbico de madeira em tora de madeira tropical. A rede de coleta de dados envolverá diversos pólos de produção em todos os estados da Amazônia.

Para Tasso Azevedo, diretor geral do Serviço Florestal, a criação desse índice é importante pois "estabelece uma referência para entender a dinâmica do mercado de produtos florestais até então inédita no país nesta escala". Segundo Azevedo "este tipo de acompanhamento existe hoje apenas para algumas commodities como celulose e papel, ou para alguns produtos em mercados específicos, como madeira serrada na cidade de São Paulo, por isso o IPPF promete ser um novo balizador de negócios para o setor florestal".

Os primeiros dados do IPPF-Tora devem ser lançados no final do primeiro semestre de 2009 e serão mensais.

*Publicado: terça-feira, 20 de janeiro de 2009, 13h59.*